

Entre o público e o privado

: os lugares das mulheres burguesas e das mulheres negras no final do século XIX

Karen Menegatt

Mestranda do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resumo

A divisão dicotômica da sociedade em público e privado gerou uma separação de funções e espaços específicos para cada indivíduo. Durante muito tempo para as mulheres coube o espaço privado enquanto para o homem o espaço público. Este artigo tem como objetivo refletir sobre essa divisão dicotômica e sua função no século XIX, analisar as reivindicações femininas pelo espaço público através do periódico *O Sexo Feminino* (1889) e examinar as representações da mulher negra nesse cenário, bem como suas preocupações e sua inclusão no debate sobre o público e o privado. Para isso, o trabalho se baseia em autores e autoras como: Marco Morel, Catherine Hall, Michelle Perrot, Angela Davis, Bernardete Campos, entre outros. Ao longo da pesquisa percebemos que a criação de um discurso que procurava criar uma mulher universal inviabilizou a mulher negra da onda de reivindicações femininas do final do século XIX.

Palavras-chave Público – Privado – Século XIX – Jornais femininos.

Submissão

02/09/2023

Aprovação

02/04/2024

Publicação

03/07/2024

Between Public and Private: the Places of Bourgeois Women and Black Women at the End of the 19th Century

Abstract

The dichotomous division of society into public and private generated a separation of functions and specific spaces for each individual. For a long time, women were in the private space, while men were in the public space. This article aims to reflect on this dichotomous division and its function in the 19th century, to analyze women's claims for public space through the journal *O Sexo Feminino* (1889) and to examine the representation of black women in this scenario, as well as their concerns and their inclusion in the debate about the public and the private. For this, the work is based on authors such as: Marco Morel, Catherine Hall, Michelle Perrot, Angela Davis, Bernardete Campos, among others. Throughout the research, we realized that the creation of a discourse that sought to create a universal woman made black women unfeasible in the wave of female claims at the end of the 19th century.

Keywords Public – Private – 19th Century – Women's Newspapers.

Entre lo público y lo privado: los lugares de las mujeres burguesas y las mujeres negras a finales del siglo XIX

Resumen

La división dicotómica de la sociedad en pública y privada generó una separación de funciones y espacios específicos para cada individuo. Durante mucho tiempo, las mujeres estaban en el espacio privado, mientras que los hombres estaban en el espacio público. Este artículo pretende reflexionar sobre esta división dicotómica y su papel en el siglo XIX, analizar las reivindicaciones de las mujeres por el espacio público a través de la revista *O Sexo Feminino* (1889) y examinar la representación de las mujeres negras en este escenario, así como sus preocupaciones. y su inclusión en el debate sobre lo público y lo privado. Para ello, el trabajo se basa en autores como: Marco Morel, Catherine Hall, Michelle Perrot, Angela Davis, Bernardete Campos, entre otros. A lo largo de la investigación, nos dimos cuenta de que la creación de un discurso que buscaba crear una mujer universal hizo inviable a las mujeres negras en la ola de reivindicaciones femeninas de finales del siglo XIX.

Palabras clave Público – Privado – Siglo XIX – Periódicos de mujeres.

Introdução

A divisão da sociedade em dois âmbitos, o público e o privado, gerou ao longo da História diversos debates e disputas pela ocupação de espaços. Sabe-se também que essa divisão teve como objetivo, em determinado ponto, dar uma função específica a cada indivíduo. Com a ascensão do capitalismo colocou-se a figura feminina em um espaço no qual ela deveria desempenhar as funções reprodutivas de gerar filhos, cuidá-los e encaminhá-los para o trabalho. Logo, o espaço privado tornou-se um espaço feminino, a ser ocupado pelas mulheres que deveriam desempenhar apenas seu papel de mãe. Ao corpo feminino foi destinado a privação do ambiente doméstico, da submissão e do silêncio, como aponta Catherine Hall e seu texto “Sweet Home”.¹

O surgimento da imprensa possibilitou uma nova forma de comunicação e de acesso ao mundo. No Brasil do século XIX, tivemos a iniciativa de algumas mulheres encorajadas pelo discurso progressista que circulava pela sociedade de publicarem seus próprios periódicos, dialogando com outras mulheres sobre assuntos de seus interesses e também reivindicando direitos e o acesso ao mundo público, que até então era muito restrito a elas. Dessa forma, a imprensa feminina se torna uma fonte documental de extrema importância para compreendermos a trajetória intelectual da luta pelos direitos femininos. De acordo com a historiadora Natália Pietra Mendéz, “Ao contrário da imagem que em alguns casos é disseminada, boa parte das feministas do século XIX não pretendiam ser como os homens ou ocupar seus espaços mas apenas almejavam acesso aos mesmos direitos, ou seja, ao reconhecimento da sua liberdade”.²

Assim sendo, a pesquisa aqui proposta tem como objetivo analisar essas reivindicações pela ocupação de espaços públicos pelas mulheres a partir de matérias publicadas no periódico *O Sexo Feminino* (1889) no Rio de Janeiro. Ao escolher as edições de 1889 para serem analisadas, tive em mente o contexto político e cultural da época, já que foi o ano que marca a mudança de governo para o sistema republicano, o que tornou alguns dos discursos da época mais progressistas e outros mais conservadores; e também, a proximidade com a abolição da escravidão. Quando

¹ HALL, C. “Sweet Home”. PERROT, M. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

² MÉNDEZ, N. P. “Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo”. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 05, p. 51- 63, 2005. p. 52.

falamos em mulheres no final do século XIX, é de suma importância lembrarmos que parte significativa da categoria mulheres estava enfrentando uma tentativa de colocar-se na sociedade após um longo período de exploração. Atentarmos para as preocupações das mulheres negras é fundamental para compreendermos suas trajetórias.

Para desenvolver tal pesquisa, baseei-me em autores e autoras que discutem sobre o público e o privado, como Catherine Hall e Marco Morel, pesquisadoras que trabalham com a História das Mulheres, como Michelle Perrot, Bernardete Ramos, contei também com a teoria sobre raça, gênero e classe da filósofa Angela Davis, e da historiadora Beatriz Nascimento, entre outros autores.

Para dar conta de desenvolver o artigo, dividi ele em três seções para além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, intitulada “Do público ao privado, quais os espaços femininos?” busquei fazer uma breve análise sobre os conceitos de público e privado, discorrendo sobre a posição das mulheres no século XIX e a função a elas atribuída. Na segunda seção, intitulada “*O Sexo Feminino* e as reivindicações por novos espaços de atuação”, discorri sobre o periódico *O Sexo Feminino* e a sua tentativa de ocupar um espaço no âmbito público reivindicando direitos para as mulheres e criando uma rede de conexão entre as senhoras da corte brasileira. Já na última seção, intitulada “As mulheres negras e a negação de sua identidade feminina”, busquei dialogar sobre o espaço que as mulheres negras estavam ocupando naquele momento como recém libertas da escravidão na busca por dignidade e por estabilidade em uma sociedade que nada fez para acolhe-las. Observar quais eram suas preocupações e se estavam inclusas no projeto emancipatório feminino do final do século XIX é fundamental para compreendermos de que forma as relações transitórias e de poder funcionavam na época.

Do público ao privado, quais os espaços femininos?

As fronteiras que definem o público e o privado são constituídas basicamente por uma construção social que busca dar espaço, forma e função para cada indivíduo. A demarcação de uma esfera pública e de uma esfera privada, durante o final do século XVIII e início do século XIX, foi um fator determinante para a inserção e fixação da mulher em um espaço “destinado” à sua ocupação, o que acabou colocando-a em uma situação à margem na História. “A distinção do público e do privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade no século XIX.”³ Essa separação entre público para o homem e privado para a mulher teve

3 PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 459.

respaldo em um discurso biológico consolidado no século XIX e que colocava o sexo feminino no âmbito da reprodução, do íntimo, dos cuidados — privado; e o homem na esfera da razão, da inteligência e da força — público. Para Michelle Perrot:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis.⁴

No contexto europeu (que acabou influenciando o restante das culturas ao redor do mundo), a Revolução Francesa acentuou as definições das esferas pública e privada de forma a valorizar a família. Isso diferenciou os papéis sexuais, o que contribuiu para o estabelecimento das diferenças entre os homens políticos e as mulheres domésticas,⁵ já que “homem seguia com os deveres públicos e de provedor do lar, enquanto à mulher, cabia cuidar desse lar de forma que servisse como um refúgio bom e moral, em contrapartida ao mundo dos negócios, amoral e perigoso”.⁶ De acordo com Catherine Hall, a principal função feminina era educar os filhos dentro dos bons costumes e na moral da fé cristã, e as meninas, para serem boas mães.⁷

Embora a proposta ética do liberalismo seja a igualdade entre todos os indivíduos, as mulheres foram naturalizadas ideologicamente como seres que deveriam atuar na esfera doméstica, voltada à intimidade, à afetividade, aos cuidados e à reprodução. Desta maneira, conforme ressalta Michelle Perrot (1995) o industrialismo capitalista fortaleceu a divisão entre produção e reprodução, situando a mulher especificamente na esfera doméstica que estabeleceu a figura da “dona-de-casa”, encarregada da vida privada. O movimento deste período levou ao retraimento das mulheres em relação ao espaço público e à constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino.⁸

Essa divisão entre público e privado encontrava respaldo também em fundamentos religiosos, como por exemplo no mito da criação, já que Deus teria criado o homem e a mulher diferentes em sua essência. Para Adão, Deus teria concedido o

4 PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 178.

5 PERROT, M. “Outrora, em outro lugar”. PERROT, M. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 14.

6 DALLASTRA, D. *Da cozinha à lavanderia: a propaganda como dispositivo de captura dos corpos femininos*. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. p. 29.

7 HALL, C. “Sweet Home”. PERROT, M. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 54.

8 NOVAES, E. D. “Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da História”. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015. p. 5.

dom do cultivo da terra, o que geraria o sustento, e à Eva a função de mãe subordinada ao marido. Como destaca Maria Bernardete Ramos Flores, a felicidade plena só seria encontrada pelas mulheres através da maternidade.⁹ Outro uso do discurso religioso para justificar a inserção das mulheres no espaço privado e os homens no espaço público é a teoria apresentada por Hall em seu texto. Segundo a autora, para os grupos evangélicos do final do século XVIII e início do século XIX, o mundo público era um lugar repleto de pecados e tentações. Era difícil para os homens que transitavam por esse espaço fugir das falsas tentações, cabendo, portanto, à mulher, no espaço privado do lar, garantir um refúgio, um espaço sagrado para os filhos e marido.¹⁰

A diferença entre o público e o privado ganhou ainda mais destaque no Brasil a partir da transferência e da acomodação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, o que acabou por refletir o peso interno do aparato centralizador do governo monárquico. Outro fator que destacou essa dicotomia, e que está associado a instalação da Corte no Brasil, foi a chegada de novos contingentes populacionais com hábitos e costumes já consolidados no meio europeu. De acordo com Maria de Lourdes Viana Lyra, os movimentos em direção a formação do Império e o novo sistema de governo também tiveram uma influência importante na definição das fronteiras do público e do privado no século XIX com suas novas políticas liberais de negociação e comércio.¹¹

O historiador Marco Morel nos apresenta uma importante contribuição a respeito da colaboração da imprensa nas delimitações Oitocentistas do público e do privado. Apoiado na teoria de Jürgen Habermas, Morel argumenta que foi a partir das revoluções liberais no processo de constituição do Estado moderno que os indivíduos transformaram e publicizaram as relações políticas.¹² Dessa forma, a imprensa teve um papel fundamental na formação do espaço público moderno no Rio de Janeiro — (capital Imperial) — na primeira metade do século XIX como veículo formulador de opinião e difusão de ideias políticas e culturais.

Para Maria de Lourdes Viana Lyra, seguindo essa mesma linha de reflexão proposta por Marco Morel, outro contexto de manifestações públicas que contribuem para a análise sobre o público e o privado no Brasil é a presença feminina na cena pública brasileira. Para a autora:

9 RAMOS, M. B. “O mito de Adão e Eva revisitado: acerca do masculino e do feminino na cultura da nação”. *Esboços: histórias em contextos globais*. Florianópolis: UFSC, 2001.

10 HALL, C. “Sweet Home”. PERROT, M. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

11 LYRA, M. de L. V. “O público e o privado no Brasil imperial”. *História: Fronteiras*. v. I. Anais do XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p. 283-294, 1999.

12 MOREL, M. La formation de l'espace public moderne a Rio de Janeiro (1822 - 1840): opinion, acteurs et sociabilite. Tese (Doutorado) — Université de Paris I (pantheon Sorbonne), Paris, 1995.

A presença de grupos expressivos de mulheres com consciência política em movimentos participativos, pelo menos no decorrer da primeira metade do século XIX, impõe-se como um instigante exemplo de reflexão sobre as relações sociais estabelecidas e a correspondente atuação do indivíduo nos espaços público e privado. Sabe-se que nessa época sempre foi imposto à mulher a atuação apenas no espaço interno da casa e as relações restritas ao âmbito familiar. A ela não era permitido desempenhar atividades no espaço público, nem tão pouco estabelecer relações políticas. No entanto, em momentos diversos dessa conjuntura aqui enfocada, grupos expressivos de mulheres - naturais das províncias da Bahia, de São Paulo, da Paraíba, de Pernambuco, de Minas Gerais - apresentaram-se como signatárias exclusivas de verdadeiros manifestos políticos de apoio e completo endosso às diretrizes do Estado monárquico e imperial, ou reivindicando direito de participação na vida pública.¹³

É justamente essa perspectiva que nos interessa nesse trabalho, já que num contexto social e político em que as mulheres estavam designadas a ocupar um espaço doméstico e privado surgem focos femininos de atuação no espaço público. Essa inserção feminina na vida pública “revela a mulher — um dos símbolos mais representativos da esfera privada — realmente atuante na área da política, aí entendida como esfera pública. E, sobretudo, exercendo a sua condição de mulher num espaço essencialmente masculino”.¹⁴ Assim, podemos entender que as mulheres assumem sua posição e sua função na sociedade como forma de reivindicar uma identidade e uma posição na esfera pública.

Até então, a área de atuação da mulher, inclusive no sentido de poder, fora sempre reconhecida como sendo apenas aquela da porta da casa para dentro. E o que se percebe nesse cenário é a mulher se arregimentando, ultrapassando a fronteira que lhe era imposta e atuando da porta para fora da casa. Ou seja, a mulher saindo do espaço da casa para opinar politicamente, assumindo a sua condição feminina e ao mesmo tempo reivindicando seu papel de agente social na cena política e, conseqüentemente, na vida pública.¹⁵

Nesse contexto de transgressão de espaços pré-estabelecidos, que impunham às mulheres o espaço privado enquanto aos homens ficava reservado o espaço público,

- 13 LYRA, M. de L. V. “O público e o privado no Brasil imperial”. *História: Fronteiras*. v. I. Anais do XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p. 283-294, 1999. p. 290.
- 14 LYRA, M. de L. V. “O público e o privado no Brasil imperial”. *História: Fronteiras*. v. I. Anais do XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p. 283-294, 1999. p. 293.
- 15 LYRA, M. de L. V. “O público e o privado no Brasil imperial”. *História: Fronteiras*. v. I. Anais do XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p. 283-294, 1999. p. 293.

acompanhado da crescente atuação da imprensa, é que surge a imprensa feminina. Durante o século XIX, a imprensa teve um papel fundamental na divulgação de ideais políticos, informações e na organização da sociedade, mas destacou-se também na constituição de uma identidade feminina que possibilitou às mulheres encontrarem na prensa a possibilidade de romperem com sua condição e ocuparem o espaço público.

O contato feminino com a leitura, e conseqüentemente com a imprensa, despertou de certa forma o público feminino para o grau de submissão ao qual estava submetido. Desta forma, destacamos aqui o pensamento de Jean Marie Goulemot ao dizer que “seja popular ou erudita, ou letrada, a leitura é sempre produção de sentido”;¹⁶ ou, ainda, “ler é fazer-se ler e dar-se a ler. Em outros termos, dar um sentido é falar sobre o que, talvez, não se chegou a dizer de outro modo e mais claramente. Portanto, seria permitir uma emergência daquilo que está escondido”.¹⁷ Ou seja, a prática de leitura feminina no século XIX não pode ser reduzida à simples atividade cotidiana. Por trás desta operação existe uma camada de sentidos e de significações, as quais devemos estar atentos.

Para Michel De Certeau, “a leitura introduz uma ‘arte’ que não é passividade”.¹⁸ Ou seja, a prática literária das mulheres deve ser encarada como um primeiro passo na atividade intelectual e política da sociedade que até então não era espaço feminino. Se até este momento as mulheres reservadas ao âmbito familiar estavam circunscritas à esfera privada, a leitura feminina irá posicionar as mulheres na esfera pública, na medida em que irão se aproximar cada vez mais do discurso literário. Esse contato com a leitura e, conseqüentemente com o espaço público, traria ao sexo feminino certo grau de consciência sobre a condição na qual estavam inseridas na sociedade. Para Ana Claudia Gomes:

A atuação literária poderia servir, por exemplo, a uma reflexão sobre os temas e estéticas mais atraentes para as mulheres, depois sobre o que propriamente significa ser mulher para, a partir daí, passar a atividades de reivindicação ou a uma organização especificamente política.¹⁹

16 GOULEMOT, J. M. “Da leitura como produção de sentidos”. CHARTIER, R. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107.

17 GOULEMOT, J. M. “Da leitura como produção de sentidos”. CHARTIER, R. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 116.

18 DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 50.

19 GOMES, A. C. *O almanach das senhoras (1871-1927) e um projeto político de acesso feminino à cultura letrada*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2002. p. 37.

O Oitocentos consolidou um padrão de mulher que vinha se construindo desde os séculos anteriores e que a identificava com a figura de mãe de família e dona de casa, reservada ao espaço privado, aos cuidados da família e do lar. Dessa forma, forjou-se um tipo de educação da mulher que visou torná-la uma boa mãe, boa esposa e boa dona de casa, ou seja, uma educação baseada na moral cristã e que, ao inserir algumas mulheres no espaço escolar, fazia isso com o objetivo de educá-la aos trabalhos domésticos, ou trabalhos femininos como a costura, por exemplo.

Essa nova condição do feminino, que se difundiu pelo Brasil, assim como pela Europa, em meados no século XIX, atribuía à mulher o espaço do lar doméstico, orientando sua educação para essa esfera da vida social. Acreditava-se que o ordenamento social se daria através do controle dos impulsos e dos comportamentos no âmbito da família nuclear, agenciado, enfaticamente, pela figura da mãe, entendida como a multiplicadora de comportamentos civilizados.²⁰

O acesso ao universo do trabalho e da educação tornou-se uma demanda das mulheres Oitocentistas que encontraram nas páginas dos periódicos uma forma de reivindicar estes espaços como um direito. O acesso feminino à leitura e a escrita foi um importante passo para a conquista das mulheres no espaço público.

O Sexo Feminino e a reivindicação por novos lugares de atuação

No dia 7 de setembro de 1873, em consonância às comemorações referentes à Independência do Brasil e em busca da emancipação feminina, surge na cidade de Campanha (MG) o primeiro número do periódico *O Sexo Feminino*. Fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, o semanário tinha como objetivo escrever sobre assuntos “dedicados aos interesses da mulher”.²¹ Dessa forma, a primeira edição do periódico se apresenta de forma objetiva.

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa — O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida de seu curso; riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação a ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino, persigam os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece, há

²⁰ NASCIMENTO, C. V. do. *O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004. p. 30.

²¹ Informação presente na primeira página de todas as edições do periódico.

de lutar, e lutará até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles tem tido da educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns indivíduos menos delicados ousam atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!²²

Após dois anos de atuação na província mineira, Francisca Senhorinha se muda para o Rio de Janeiro junto com suas filhas e seu projeto de emancipação feminina, passando a publicar seu semanário na capital da Corte imperial. O jornal atuou por dois anos em solo carioca, até que foi necessário uma pausa nas publicações em função da saúde da família da redatora, que estava “aterrada pela epidemia atual, a febre amarela”.²³ Em 1889, ano de efervescentes mudanças políticas no Brasil, Francisca Senhorinha volta a publicar seu periódico em busca da emancipação e instrução feminina. Levando em consideração o importante contexto político e social que permeava o Brasil durante o ano de 1889, escolhemos analisar as publicações feitas durante esse período pelo periódico *O Sexo Feminino*.

A partir da análise do periódico podemos ver que não estava no horizonte feminino apenas a atuação em publicações da imprensa, mas também uma atuação mais efetiva no meio público, envolvendo uma participação no mundo do trabalho e da instrução, através do acesso à educação. O periódico consolidou sua circulação com o objetivo de colocar-se lado a lado dos intelectuais que atuavam na imprensa durante o século XIX. A partir de suas pautas, questionando o campo de atuação feminino na sociedade, fundamentado em textos e reflexões sobre a condição social feminina. Em seu texto de apresentação na primeira edição de 1889, Francisca Senhorinha escreveu:

O Sexo Feminino surgindo novamente na imensidade do oceano das ideias apregoadas pela liberdade, não faz mais do que concorrer com o seu pequeno, porém franco apoio, para fazer vingar a ideia que a maioria das nações civilizadas afagam fazendo refulgir a racional emancipação da mulher, como satisfação única do grande princípio de igualdade pregado pelo Mártir de Golgota.²⁴

22 Ao transcrever trechos do periódico, optei pela atualização gramatical. *O SEXO FEMININO*, “A educação da mulher”, 1873, n. 1. p. 1.

23 *O SEXO FEMININO*, “Aviso à nossa exímias assinantes”, 1876, n. 22. p. 1.

24 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 1.p. 1.

Apoiada no texto do escritor espanhol Enrique Pérez Escrich, a redatora apresentou a emancipação feminina e a igualdade entre os sexos como objetivo central de seu empreendimento intelectual. No mesmo trecho, aproveita ainda para convocar o apoio de todas as mulheres que de algum modo se identificassem com as ideais que circulavam pelo periódico.

Dentre os textos reivindicatórios do periódico, o conceito mais mobilizado foi o de “emancipação”, aparecendo inclusive como título de uma matéria fixa que aparece em todas as dez edições do ano de 1889 do jornal: A racional emancipação da mulher. Mas o que seria emancipação para as redadoras do jornal? Como alcançar essa emancipação? Emancipação para que?

Pois bem, se o século presente é o século das luzes e o da batalha da civilização - A racional emancipação da mulher não podia nem pode deixar de entrar na arena do combate travado para a restauração dos direitos da mulher... Entre os milhares de problemas que agitam hoje todos os espíritos, consideramos o da racional emancipação do nosso sexo o de maior importância, sabemos que é sem dúvida um problema imensamente difícil de ser resolvido, ao menos de pronto.²⁵

A partir do trecho destacado, podemos analisar que Francisca Senhorinha possuía o entendimento de que o século XIX, o qual estava vivendo, era o século das luzes e da libertação. Dessa forma, aquele era o momento ideal para que as pautas como a emancipação racional da mulher fossem levantadas e defendidas. A redatora demonstrou também consciência a respeito das dificuldades que o debate enfrentaria ao falar sobre as poucas possibilidades de resolver o problema de imediato. Podemos observar que dentre todas as necessidades femininas, a emancipação do sexo feminino foi eleita como a principal e mais importante.

Mas o que seria uma emancipação racional? De acordo com os preceitos delimitados pela redatora, “a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência”,²⁶ ou seja, uma emancipação racional seria aquela na qual a inteligência e o aperfeiçoamento moral e intelectual fossem prioridade e contribuíssem para o engrandecimento da mulher. A educação como forma de libertar o sexo feminino aparece como o grande objetivo desta empreitada e tal questão aparecia atrelado à ideia da emancipação feminina: “O Sexo Feminino que por algum tempo interrompeu sua publicação, acaba de reaparecer, disposto a prosseguir na sua simpática missão, que é a emancipação da mulher e a moralização da família, fazendo-se por isso criador e digno

25 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 1.p. 1.

26 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 1.p. 1.

do auxílio das senhoras”.²⁷ Ao angariar o apoio de suas leitoras, o jornal apresentava a emancipação das mulheres e os cuidados da família como principais pautas a serem discutidas nos círculos femininos.

O acesso à educação era o principal argumento utilizado pelas redatoras do periódico em busca da emancipação feminina e do acesso ao mundo público. Nessa disputa por espaço, as mulheres pareciam se apoderar do discurso que às subjugava ao espaço privado do lar justamente para contrapor a ideia de que elas deveriam atuar somente no lar e no desenvolvimento familiar. Para que o lar prosperasse e os filhos tivessem uma boa educação, fazendo com que a sociedade seguisse em direção ao progresso, era fundamental que as mulheres/mães fossem instruídas, tendo acesso à educação e ao mundo do trabalho.

Basta enunciar esta ideia — Emancipação da mulher, para sentirmos com evidencia o movimento de descrença que ela produz em geral nos ânimos. Pedimos pois aos nossos amáveis leitores e leitoras que de nenhum modo deem crédito as palavras de sarcasmo e interpretações erradas, sempre perigosas em matérias tais, tiramos uma vez por todas o sentido que damos a palavra ideia — Emancipação da mulher. Não é nossa intenção incitar nossas conterrâneas à anarquia, não. Apontando o que Deus fez pela mulher, a missão de que a incumbiu, faremos ver o que Ele quer que façamos em benefício do gênero humano. Estudar a natureza, é por consequência procurar conhecer a vontade de Deus em um livro escrito pelas suas próprias mãos.²⁸

A partir da produção discursiva utilizada pela redatora, podemos perceber que, apropriando-se do sentido atribuído ao sexo feminino, o periódico buscava angariar o apoio não apenas de outras mulheres que buscassem a emancipação e o acesso ao espaço público, mas também o apoio dos homens que pudessem ver na emancipação feminina uma forma de progresso para a família e para a sociedade, já que a partir da instrução e do trabalho elas poderiam agir de forma mais eficaz no lar.

Embaladas pelo discurso progressista do Oitocentos, as redatoras d’*O Sexo Feminino* defendiam a educação e a instrução feminina como preceitos básicos para que a sociedade alcançasse o progresso e a civilização. A partir da participação efetiva das mulheres na sociedade e da educação dada por elas aos filhos, estes poderiam atuar na vida pública de maneira mais positiva. Dessa forma, o progresso da civilização passaria pelas mãos femininas para tornar-se efetivo. Em uma sociedade na qual as mulheres não tivessem acesso à educação e à instrução, o progresso era inacessível.

27 *O SEXO FEMININO*, “Bibliografia”, 1889, n. 4. p. 4.

28 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 7. p. 1.

Francisca Senhorinha acreditava que os preconceitos existentes em relação à igualdade dos sexos e à capacidade feminina em exercer certas funções poderiam ser extintos a partir da educação do sexo feminino: “os desgraçados preconceitos de considerarem a mulher inferior ao homem ainda não estão verdadeiramente extirpados. Nós não temos por impossível que sejam tais preconceitos arrancados pela raiz pela educação de nosso sexo”.²⁹ Para as redatoras, a educação feminina provaria que as mulheres eram tão capacitadas quanto os homens para exercer as mesmas funções que eles. Dessa forma, o acesso à educação era considerado algo fundamental para se chegar a emancipação das mulheres.

Essa divisão entre público e privado que as redatoras do periódico tentavam romper, e que diferenciava as mulheres dos homens dando uma função específica a cada indivíduo, gerava desigualdades em diferentes âmbitos da sociedade. A diferença de gênero e de função desempenhada por cada um gerava desigualdades no acesso à educação, à cultura, à política, à economia e à vida em sociedade. Vale destacar que essas desigualdades geradas a partir da divisão causada pelas definições de espaço público e privado não atingiam apenas os indivíduos na oposição de gênero (masculino x feminino), mas também no viés de classe e raça: mulheres de classe burguesa x mulheres pobres/negras.

O padrão de sociedade discorrido até o momento reflete uma organização social pautada nos princípios burgueses. De acordo com Michelle Perrot, o espaço da vida privada e do lar estava geralmente reservado às mulheres mais abastadas, já que as mulheres pobres sempre precisaram trabalhar para ajudar nos proventos da casa.³⁰ Outra realidade visível no século XIX é a atuação feminina na carreira do Magistério. A historiadora Bárbara Figueiredo Souto defende em sua pesquisa que o trabalho nas escolas era uma forma das mulheres ampliarem seus espaços, tendo em consideração que a docência era associada às virtudes femininas. Assim, era uma oportunidade de colocar as mulheres em contato com o mundo público. Muitas dessas professoras, como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, por exemplo, utilizavam os proventos de seu trabalho para fazerem circular suas ideias e escritos em seus jornais e tirava as mulheres de uma situação de dependência completa de seus companheiros.³¹

Dessa forma, cabe aqui uma reflexão a respeito do espaço ocupado por essas mulheres que estavam ainda mais a margem, já que as discussões promovidas em

29 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 4. p. 1.

30 PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

31 SOUTO, B. F. *Senhoras do seu destino: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo, projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

periódicos como *O Sexo Feminino* acabavam por não as contemplar. É claro que as pautas levantadas nos periódicos femininos tinham uma grande importância e uma relevância fundamental nas reivindicações promovidas pelas mulheres, mas devemos estar atentos sempre não apenas à presença dessas pautas, mas também às ausências de discussões e de indivíduos no debate.

As mulheres negras e a negação de sua identidade feminina

É difícil falar sobre gênero, raça e classe sem citarmos a filósofa Angela Davis. De acordo com a autora, “as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas”.³² Mesmo levado em consideração que Angela Davis escreveu a obra aqui citada tendo como base o contexto estadunidense, não podemos deixar de aproximá-lo ao contexto brasileiro, que em muitos aspectos se assemelham. A autora destaca que, enquanto as mulheres brancas tinham o anseio de discutir sobre o trabalho como algo a se conquistar, para as mulheres negras ele sempre existiu, inclusive como meio de exploração de seus corpos durante muito tempo.

Nesse sentido, o papel de mulher foi negado as negras, ela não podiam exercer esse papel já que a medida que a ideologia da feminilidade — um subproduto da industrialização — se popularizou e se disseminou por meio de novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante.³³

De acordo com a teoria de Beatriz Nascimento, no período colonial a sociedade esteve dividida em dois polos. Em um dos polos encontramos o senhor de terras, proprietário de escravos e detentor do poder econômico e político. No outro polo tínhamos os escravos, a força de trabalho efetiva da sociedade. No meio dos dois polo, encontrávamos ainda os homens e mulheres livres, vivendo na maioria das vezes em situação precária. Ainda de acordo com a historiadora,

32 DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17.

33 DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 24-25.

Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.³⁴

Beatriz Nascimento teoriza ainda que ao contrário da mulher branca, sua correspondente no polo contrário, a mulher negra, era considerada apenas uma produtora, de forma semelhante ao homem negro. Em primeiro lugar era considerada uma escrava, trabalhadora para a casa grande, para o campo e para outras atividades; mas a cima de tudo, possuía a função primordial de reprodutora de novas mercadorias para o mercado de mão de obra.

A sociedade burguesa/capitalista do século XIX destinava as mulheres ao espaço doméstico e do cuidado com a família. Não podemos dizer que essa sociedade se esquecia das mulheres negras ao instituir privado como espaço feminino, pois, para esta sociedade, mulheres e negras não eram palavras que pudessem formar um par. Ser negra no século XIX era ter sua identidade como mulher negada.

Estar inserida no mundo do trabalho era, então, abdicar de todo o papel feminino proveniente da sociedade capitalista. Entretanto, ser negra era simplesmente não ser julgada por isso, a partir do momento em que era somente esse o esperado dela, essa era a sua função social: reproduzir e trabalhar.³⁵

Ao terem sua condição de mulheres negada, as mulheres negras do século XIX passavam por diversas questões que não eram consideradas pelo restante da sociedade, como “a impossibilidade do cuidado com os próprios filhos, a negação ao direito do lar e da família, a falta de expectativa de matrimônio, expectativas que, para uma mulher do século XIX, eram perfeitamente plausíveis e ainda assim, impraticáveis”.³⁶

Ao evocarem um discurso que buscava criar uma mulher universal, unindo todas as mulheres em prol de um objetivo comum, as redatoras de periódicos como *O Sexo Feminino* acabavam por excluir determinadas categorias de mulheres em suas generalizações. Criar uma narrativa que procurava mobilizar as mulheres na luta pelo acesso à educação e ao mundo do trabalho, tendo como prerrogativa uma melhor

34 NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

35 MIRANDA, K. N. “Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX”. *Epígrafe*, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019. p. 86.

36 MIRANDA, K. N. “Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX”. *Epígrafe*, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019. p. 86.

atuação no lar e na instrução dos próprios filhos, excluía do movimento aquelas mulheres que precisavam estar trabalhando, em condições precárias, para o sustento de suas famílias, porque para elas não foi em momento algum cogitado a ideia de serem pertencentes ao lar. Durante o regime escravocrata, as mulheres foram desumanizadas, enquanto seus corpos foram tratados como mercadorias e aparelhos reprodutivos. Com a abolição da escravidão, lhes restou apenas a possibilidade de trabalhos incertos para que sobrevivessem, como afirma Beatriz Nascimento ao dizer que a herança escravocrata manteve as mulheres negras ocupando espaços e papéis que lhes foram atribuídos durante a escravidão.

A abolição não exterminou as dificuldades do povo negro, os desafios apenas se modificaram. A inserção em uma sociedade racista e que até pouco tempo tratava negros como mercadorias aliada ao sexismo colocou as mulheres negras em uma posição completamente a margem na sociedade brasileira. A lei de Tutela de 1890 veio como mais um demarcador das desigualdades geradas pelo sistema escravocrata e racista presente no século XIX. De acordo com Maria Odila Dias, a lei previa que as mães solteiras e pobres estavam proibidas de cuidarem dos próprios filhos, o que atingia principalmente as mulheres negras.³⁷ “Além de perderem a prole como medida de uma sociedade travestida de um velho novo moralismo, a lei ainda conseguiu, em uma jogada magistral, que as crias das negras fossem demovidas para casas particulares, perpetuando o trabalho escravo”.³⁸

Ao contrário do ideal de família burguesa, onde o homem se apresentava como a fortaleza familiar, provedor das necessidades e forte protetor, os núcleos familiares negros tinham como pilar fundamental a mulher, que era peça essencial no sustento da casa. Assim, o modelo de família matrifocal³⁹ era algo comum para esses indivíduos que buscavam se estabelecer na sociedade capitalista do final do século XIX.

Ao contrário das mulheres brancas/burguesas, as mulheres negras não tinham direito a terem suas vidas privadas:

Elas deveriam equilibrar suas tentativas matrimoniais (tentativas, sim, muitas vezes, visto que à mulher negra o casamento era um luxo ao qual nem toda poderia se dar), suas experiências de maternidade atribuladas e muitas vezes, roubadas, seus engodos familiares

37 DIAS, M. O. “Resistir e sobreviver”. PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

38 MIRANDA, K. N. “Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX”. *Epígrafe*, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019. p. 92.

39 Conceito desenvolvido no século XX que buscava justificar o “atraso” dos negros na sociedade estadunidense já que a família estava apoiada na figura materna e não na figura do homem como deveria ser. Angela Davis reivindica o conceito em sua obra como forma de se referir as famílias em que as mulheres precisaram ser autossuficientes em decorrência de todo o contexto em que estavam inseridas.

com suas tarefas no mundo do trabalho, pelas quais ela não era julgada como a “rainha” de seu lar ou a “mãe desvelada” de seus filhos, mas como qualquer outra trabalhadora que precisa desempenhar bem suas funções.⁴⁰

Apesar de tudo, as tentativas de manterem uma vida privada, particular, uma família, um casamento e a dedicação aos filhos devem ser vistas como um ato de resistência daquelas que eram desumanizadas e retiradas as possibilidades de serem vistas como mulheres. O ato de viverem e poderem fazer escolhas longe da jurisdição de seus patrões, das vistas da sociedade e da vida pública tornavam os momentos privados práticas de resistência. As diferenças de classe e raça no século XIX delimitavam para as mulheres Oitocentistas dois horizontes de expectativas convergentes, mas que transitavam ambos entre os espaços públicos e privados.

Considerações finais

Em sua reflexão sobre diferenças e desigualdades, o autor Sérgio Costa chega à conclusão de que “diferenças se tornam politicamente relevantes na medida em que o contexto histórico e circunstâncias conjunturais permitem frasear, através delas, o desejo de preservar ou abolir as hierarquias e as desigualdades existentes”.⁴¹ Nesse sentido, buscamos refletir por que as diferenças de determinados grupos de mulheres geraram maior engajamento na luta por direitos do que as desigualdades enfrentada por outras. O contexto histórico e social da época aqui debatida remete ao final do século XIX, período esse que passava por uma transformação política e no modo de produção/trabalho com a abolição da escravidão. Nesse momento, os negros tornavam-se invisíveis para qualquer que fosse a reivindicação por dignidade; as mulheres negras então, precisavam lidar com o peso da marcação de raça e gênero.

Em sua primeira publicação no ano de 1889, Francisca Senhorinha demonstrou compreender bem que o problema relacionado à emancipação da mulher e ao acesso feminino ao mundo público era “um problema imensamente difícil de ser resolvido, ao menos de pronto”.⁴² Isso nos dá dimensão do grau de consciência que as mulheres tinham da posição que ocupavam e das barreiras construídas entre elas e o âmbito público; porém, nos faz refletir sobre o distanciamento das realidades vividas pelas

40 MIRANDA, K. N. “Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX”. *Epígrafe*, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019. p. 92.

41 COSTA, S. “Desigualdade, diferença, articulação”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 33-45, jan./abr. 2019. p. 43.

42 *O SEXO FEMININO*, “A racional emancipação da mulher”, 1889, n. 1. p. 1.

mulheres brancas e burguesas das mulheres negras e pobres. A criação de uma corrente feminina e forte que ligasse os anseios de mulheres de diferentes classes e raças não foi possível, pois o discurso que buscava criar um padrão de mulher e de objetivos a serem alcançados não contemplava a diversidade feminina da época.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres burguesas se tornaram até certo ponto relevantes no que diz respeito à conquista de espaços que até então não podiam ocupar frente à imposição masculina, mesmo que vagarosa e timidamente, como é o exemplo da publicação de periódicos escritos por e para mulheres, discutindo não apenas o cuidado do lar, mas também política e educação. Porém, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras não foram relevantes o suficiente para incorporarem a luta feminina por direitos e para abolir as hierarquias de raça no final do século XIX.

Os movimentos femininos de escritoras como Francisca Senhorinha, que debatiam sobre o acesso feminino ao mundo público, à educação, ao trabalho e ao debate intelectual são fundamentais para compreendermos a trajetória da luta feminista e da conquista por direitos. Porém, devemos sempre estar atentos e atentas às ausências presentes na narrativa histórica, pois elas nos denunciam uma realidade que segue muitas vezes sendo inviabilizada. O fato das mulheres brancas do século XIX estarem lutando pela atuação no espaço público não apaga o fato de que as mulheres negras do mesmo período (muitas ex-escravas), precisavam enfrentar esse espaço duramente para proverem o sustento de suas famílias, ao mesmo tempo que tentavam manter uma vida privada como forma de resistência.

Não podemos dizer que as mulheres negras estavam completamente de fora do projeto emancipatório feminino proposto pelas mulheres burguesas do final do século XIX. Mas podemos dizer que a realidade daquelas que produziam um discurso sobre a emancipação e a conquista de espaços públicos estava bem longe da realidade daquelas que precisavam enfrentar uma sociedade racista em busca de um estabelecimento e de meios básicos para a sobrevivência. Isso por si só já impossibilitava a participação dessas mulheres nas pautas reivindicatórias. Mais uma vez a realidade, preocupações e necessidades de mulheres negras eram inviabilizadas.